



1. DADOS DO PROCESSO





Autor/Exequente: Geraldo Soares Macedo

**\*\*RÉU/EXECUTADO: \*\*** Estado de Mato Grosso do Sul



Data de Ajuizamento: 19/12/2025 (Cumprimento) / 24/06/2025 (Principal)



2. HISTÓRICO PROCESSUAL

Trata-se de ação de obrigação de fazer para fornecimento de medicamento (Erivedge/Vismodegibe 150mg) par

A tutela de urgência foi deferida no processo principal. Sobreveio sentença julgando procedente o pedido, ratificando a tutela de urgência.

Em 19/12/2025, a Defensoria Pública ingressou com o Cumprimento Provisório de Sentença, alegando que o E

### 3. OBJETO DA CONDENAÇÃO

Obrigar o Estado de Mato Grosso do Sul a fornecer ao autor o medicamento Erivedge (vismodegibe) 150mg, na

A sentença também fixou honorários advocatícios em favor da Defensoria Pública no valor de R\$ 1.000,00.

#### 4. CRITÉRIOS DA CONDENAÇÃO



4.1 Correção Monetária

- Índice: Taxa SELIC (conforme EC 113/2021, por ser processo ajuizado após dez/2021).

- Termo Inicial: Data do arbitramento (para honorários).

- Termo Final: Data do efetivo pagamento.

- Observação: Aplica-se a SELIC como índice único para fins de correção e juros.

4.2 Juros Moratórios

• Taxa: Taxa SELIC.

- Termo Inicial: Trânsito em julgado (para honorários).



- Termo Final: Data do efetivo pagamento.

- Observação: Incidência da SELIC uma única vez, englobando juros e correção.

4.3 Período da Condenação

Obrigação de trato sucessivo (fornecimento contínuo do medicamento enquanto houver indicação médica).

## 5. TRÂNSITO EM JULGADO

Data: Não localizado

Fonte: Observação constante no sistema: "Não foi possível identificar informação de trânsito em julgado". Trata-se de uma observação constante no sistema, indicando que não foi possível identificar informação de trânsito em julgado.

6. VALORES



Valor da Causa: R\$ 1.518,00 (Processo Principal)

Valor do Pedido: R\$ 261.705,43 (Valor pleiteado para sequestro no cumprimento de sentença, correspondente a

7. OBSERVAÇÕES E PENDÊNCIAS

1. Natureza Provisória: O cumprimento é provisório (art. 520, CPC), o que indica que a sentença pode ainda estar sujeita a recursos.

2. Pedido de Sequestro: A parte exequente fundamenta o pedido de sequestro de R\$ 261.705,43 no descumprimento

3. Honorários: A sentença fixou honorários de R\$ 1.000,00 em favor do FUNADEP (Defensoria Pública).

4. Medicamento: O fármaco (Vismodegibe) possui registro na ANVISA, mas não é padronizado pelo SUS, tendo





